

Boletim Eletrônico da Executiva Nacional da CUT
Nº 240

Secretaria Nacional de Comunicação
06/08/ 2003

Remover nome da lista Escreva para o Informacut Indique um leitor para o Informacut

ACONTECE

Manifestação dos servidores está mantida para hoje

CUT recomenda voto contra o relatório

CUT manifesta solidariedade à luta pela Reforma Agrária

Central repudia intervenção policial

Folha insiste em erro de informação

MOVIMENTO

FUP e Petrobras negociam reivindicações na CUT

O que querem os petroleiros

Metalúrgicos devolvem cartas da Volks

CURTAS

Cárcere privado

Tribunal acirra conflito agrário em Pernambuco

Vigilância

Contaminação por Benzeno

100 anos de Portinari

A Barca

Unicef: 1,2 milhão de crianças são vendidas por ano

Só para constar

Mulheres

ARTIGO

É vitória, sim

ACONTECE

Manifestação dos servidores está mantida para hoje

A CUT e os seus sindicatos filiados realizam, hoje, a partir das 10 horas, ato público reivindicando dos parlamentares o voto contrário ao Projeto de Emenda Constitucional nº 40/03, que reforma a Previdência dos servidores públicos. O presidente da CUT, Luiz Marinho, divulgou nota pedindo à imprensa. Veja íntegra abaixo.

A Central tentou negociar pontos da reforma, até o último instante com governo e as lideranças dos partidos governistas, mas não obteve sucesso. O presidente da CUT, Luiz Marinho, esteve, inclusive com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de todos os esforços, nenhuma proposta substancial da CUT, que visava proteger os baixos salários, foi aceita. A central quer elevar o teto da aposentadoria, discorda da taxação dos aposentados e pensionistas, do limite de idade para requerer a aposentadoria e do fator previdenciário.

Índice

CUT recomenda voto contra o relatório

"Diante dos desdobramentos do debate sobre o relatório do deputado José Pimentel, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) recomenda aos senhores deputados o voto contrário ao projeto de reforma da previdência. A CUT reconhece vários avanços no projeto apresentado à consideração da Câmara Federal, entre elas a interrupção do processo de privatização do seguro de acidente do trabalho, o aumento do teto de aposentadoria para os trabalhadores da iniciativa privada bem como a intenção de incluir os 40 milhões de trabalhadores brasileiros que hoje não são alcançados por qualquer benefício previdenciário. No entanto, em nome dos princípios de justiça previdenciária que defende, a CUT não pode aceitar que o relatório apresentado ao plenário da Câmara deixe de contemplar, entre outras reivindicações dos trabalhadores, a necessidade de regras de transição e isenção de aposentados e pensionistas que protejam o funcionalismo de baixo salário. Para a CUT, o processo negocial estabelecido pelas lideranças da base do governo limitou-se ao entendimento construído com os governadores e setores de alta renda em prejuízo de negociações com os trabalhadores representados

pela CUT. Diante disto, a CUT reforça seu apoio e reitera seu chamamento à Marcha em Defesa da Previdência Pública e Solidária prevista para amanhã (hoje), dia 6, em Brasília"
Luiz Marinho, presidente nacional da CUT

Índice

CUT manifesta solidariedade à luta pela Reforma Agrária

O presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, também divulgou nota sobre a campanha difamatória contra o MST. Veja.

"Ao longo de sua história de 20 anos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem se colocado sempre ao lado de todos aqueles que clamam pela realização da reforma agrária no Brasil. Por esta razão, diante da campanha difamatória que vem sendo desencadeada contra o Movimento Sem Terra (MST) e suas principais lideranças, em particular o companheiro João Pedro Stedile, a CUT quer manifestar sua mais irrestrita solidariedade a todos que lutam por justiça no campo e reforçar seu compromisso com a bandeira da Reforma Agrária. Para nós, esta campanha reflete o desespero do latifúndio diante da oportunidade histórica de, depois de 500 anos de modelo de concentração fundiária, o País finalmente encontrar seu caminho em direção à democratização da terra no Brasil".

Índice

Central repudia intervenção policial

O secretário geral, João Felicio, também divulgou nota ontem à grande imprensa. Veja
"A Executiva Nacional da CUT condena o uso da violência, por parte da Polícia Federal, contra os servidores públicos que encontravam-se nas dependências do prédio do INSS, em Brasília, no último dia 1 de agosto. As manifestações, assim como a greve, são direitos legítimos dos trabalhadores e, dessa forma, devem ser encaradas. As democracias têm mecanismos institucionais que permitem a negociação e a solução dos conflitos. Não nos parece que o uso da violência seja um desses mecanismos. A utilização da Tropa de Choque para a "solução" dos conflitos, merece, como sempre mereceu, o repúdio dos trabalhadores e das suas entidades organizadas da sociedade civil".

Índice

Folha insiste em erro de informação

Pela terceira vez consecutiva, a CUT é obrigada a desmentir informação veiculada por este jornal. Na edição do dia 5 de agosto (A6 - Brasil) o jornalista Iuri Dantas, da sucursal de Brasília, diz que 53 entidades sindicais deixaram a CUT para formar a CSP (Central dos Servidores Públicos). Esta informação é mentirosa. Jamais, em tempo algum, qualquer dessas entidades foram filiadas à CUT. O secretário geral, João Felicio, desafia a Folha de S. Paulo a publicar a lista dessas entidades e provar filiação à central.

"Embora já tenho alertado para o erro, parece que a desinformação, nesse caso, está servindo a outros propósitos. Que o jornal tenha opinião a respeito das iniciativas do governo faz parte da democracia, mas a mentira é inaceitável", diz Felicio.

Índice

MOVIMENTO

FUP e Petrobras negociam reivindicações na CUT

Pela primeira vez, em 20 anos, a sede nacional da CUT será palco de uma discussão negocial entre empregadores e empregados. Nos próximos dias 11 e 12 de agosto, a direção da Petrobras e da Federação Única dos Trabalhadores, FUP, discutirão a pauta de reivindicações da categoria.

Índice

O que querem os petroleiros

A igualdade de direitos e o fim de todas as formas de discriminações entre os trabalhadores da holding e das subsidiárias, novos e antigos, da ativa e aposentados, é um dos principais eixos da campanha salarial da categoria, iniciada, dia 22 de julho, com uma grande mobilização nacional. Os petroleiros ainda querem a reintegração dos demitidos, o cancelamento de todas as punições políticas e o fim da remuneração variável.

É a primeira campanha salarial da categoria após a vitória de Lula à Presidência da República e de um ex-dirigente sindical petroleiro, agora, na presidência da empresa. "Este é um momento ímpar na história da categoria, cujo significado político esperamos ver refletido ao longo de toda a campanha", diz Antônio Carrara, coordenador nacional da FUP.

O que está na pauta

1. Reposição pelo ICV/DIEESE e aumento real de salários
2. Reabertura do Plano Petros
3. Fim das discriminações
4. ACT único no Sistema Petrobrás
5. Plano de Cargos e Salários
6. Representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás
7. Incorporação da REFAP e da TRANSPETRO
8. Melhores condições de trabalho
9. Redução da jornada de trabalho sem redução de salários
10. Garantia de emprego

11. Melhoria da AMS e do auxílio educação

Índice

Metalúrgicos devolvem cartas da Volks

Metalúrgicos da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, SP, realizaram, ontem, ato de protesto contra a atitude da empresa em comunicar, por carta, a transferência de 3.933 metalúrgicos do ABC e Taubaté para a Autovisão, destinada a "recolocação" de mão-de-obra no mercado.

Participaram do protesto, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Comitê Sindical de Empresa e da Comissão de Fábrica cerca mais de oito mil trabalhadores. A diretoria do Sindicato diz que para retornar à mesa de negociação, a Volks terá que desconsiderar as cartas entregues.

"Sem negociação e com esta atitude unilateral que a fábrica tomou, a gente não sabe qual o destino desses trabalhadores a partir de novembro de 2006, quando vence o acordo de garantia de emprego. Nós entendemos que se novas oportunidades de trabalho não forem colocadas, está é uma demissão anunciada. Por isso, não concordamos com este procedimento", disse Wagner Santana, vice-presidente do Comitê Mundial da Trabalhadores na Volks e coordenador do Comitê Sindical de Empresa.

Índice

CURTAS

Cárcere privado

Os trabalhadores da Packduque, empresa do setor plástico, localizada em Valinhos, interior do Estado de São Paulo, e o Sindicato dos Químicos Unificados de São Paulo denunciam que a empresa manteve por duas horas e meia, em cárcere privado, trabalhadores que já haviam terminado a jornada, para impedir -los de participar de uma assembleia promovida pelo Sindicato.

Índice

Tribunal acirra conflito agrário em Pernambuco

O Tribunal de Justiça de Pernambuco negou recurso ajuizado por 300 famílias de agricultores familiares, que reivindicam a desapropriação do Engenho Prado. Essas famílias produzem e abastecem, há 6 anos, feiras públicas de 5 municípios da Região, sem nunca terem qualquer apoio governamental. Na área, existem escolas, igrejas, centros comunitários e mais de 200 residências. Antes da ocupação, o Engenho estava desativado há quase 30 anos, mas o Tribunal alegou descumprimento de ordem judicial (para reintegração de posse) proferida em 1997. O clima é tenso na região.

Índice

Vigilância

O Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto da Bahia, Sindae, denuncia ação ilegal e arbitrária da Embasa que recorreu à Polícia Militar para intimidar, constranger e reprimir os trabalhadores da empresa, que estão em plena campanha salarial. Viaturas da PM entram em saem da empresa em alta velocidade a todo instante, enquanto outras postam-se diante dos portões da empresa durante todo o dia. O Sindicato diz ainda que um fotógrafo, a serviço da polícia, registra imagens de funcionários à revelia.

Índice

Contaminação por Benzeno

A Comissão Estadual do Benzeno/SP, ligada ao Ministério do Trabalho, realiza, amanhã, em São Paulo, reunião que discutirá a contaminação de trabalhadores na Sherwin-Willians, multinacional norte-americana de tintas, localizada no município de Sumaré, SP. A constatação foi confirmada por exames na Unicamp que constatou leucopenia em seis trabalhadores. A doença pode levar à morte. O médico da empresa recusou-se a atender pedido de abertura de CAT - Comunicado do Acidente do Trabalho e o afastamento desses trabalhadores. Mas, o INSS reconheceu a doença adquirida.

Índice

Unicef: 1,2 milhão de crianças são vendidas por ano

Cerca de 1,2 milhão de crianças são vítimas de traficantes todos os anos, de acordo com um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef. O relatório Stop the traffic! (Parem o tráfico!) foi divulgado como parte de uma campanha do Unicef, na Grã-Bretanha, pelo fim do tráfico de crianças.

Índice

Só para constar

O governo federal irá gastar R\$ 500 mil por dia, nos próximos 12 meses, em publicidade e propaganda. As agências "Duda Mendonça" e "Lew, Lara e Matisse" ganharam a licitação, cujo valor total será de R\$ 150 milhões. A reforma da Previdência talvez seja a primeira campanha desenvolvida.

Índice

Mulheres

A Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, Maria Ednalva Bezerra de Lima, foi eleita secretária geral da Comissão de Mulheres da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, CCSC, durante reunião, em Montevidéu, Uruguai, dias 23 e 24 de julho. Ednalva exercerá o mandato por dois anos.

Relatório da Previdência foi discutido em 340 eventos A reforma da Previdência começa a ser debatida hoje no plenário da Câmara, após intensas negociações entre deputados e sociedade. O relator da proposta (PEC nº 40/03), deputado José Pimentel (PT-CE), participou de mais de 340 reuniões, seminários e audiências públicas para discutir o assunto nos últimos seis meses. Um dos últimos encontros ocorreu na tarde de ontem e reuniu sindicalistas ligados ao funcionalismo público. Também participaram do debate o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), e o líder do PT, deputado Nelson Pellegrino (BA). Durante a reunião, Pimentel explicou detalhes da proposta a ser debatida pelos 513 deputados. Ele lembrou que o amplo direito à paridade está assegurado a aposentados e pensionistas do serviço público, assim como a integralidade de vencimentos. Só na União, são 952 mil servidores contemplados pela medida. Para os 102 mil funcionários que já preencheram as condições de inatividade, é facultado o direito de se aposentar com os mesmos benefícios. Para os 750 mil que estão em atividade, são asseguradas paridade e integralidade - desde que respeitados critérios estabelecidos pela reforma da Previdência. A integralidade das pensões, o subteto dos magistrados nos estados e as regras de transição para os atuais servidores são os pontos mais polêmicos da reforma. As três questões deveriam ser alvo de discussão entre o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e os líderes aliados na noite de ontem. A reforma da Previdência também contempla trabalhadores aposentados pelo regime geral de Previdência. Fica garantida a aposentadoria com teto de R\$ 2,4 mil para trabalhadores com 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) de contribuição, independente da idade. É garantida aposentadoria especial para trabalhadores da educação básica, com cinco anos a menos de contribuição.

Índice

É vitória, sim

A recente decisão da desembargadora Alda Basto, do TRF de São Paulo, concedendo liminar que suspende em todo o país a obrigatoriedade de o Ministério do Trabalho conceder registro de jornalista a qualquer pessoa, sem formação específica para o exercício profissional, é sim uma vitória. Uma vitória da razão, uma vitória da justiça. A decisão da desembargadora foi sábia, demonstrou conhecimento quanto à extensão, importância e impacto da nossa profissão na sociedade de hoje. A decisão não esgota o assunto, mas suspende os efeitos da sentença até que se julgue o mérito dos recursos pela turma de desembargadores. É assim que a justiça se faz. Justiça a mais de cem mil jornalistas registrados, a mais de 6 mil estudantes recém-formados, a mais de duzentos cursos de jornalismo em atividade no país.

Precisamos reafirmar neste momento que somos nós, os jornalistas profissionais, os maiores defensores da liberdade de expressão e do direito à informação, garantidos por cartas internacionais e pela nossa Constituição. Somos nós que lutamos, no dia-a-dia, em qualquer frente onde estejamos, pela informação correta, ética, independente, muitas vezes sem o respectivo reconhecimento, nem através de salários dignos, nem através condições de trabalho, nem através de relações mais democráticas e plurais dentro das redações e muitas vezes a custa dos nossos empregos.

E, se alguma ameaça existe neste país contra a liberdade de expressão, ela vem da concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos empresários e na falta de um ambiente regulatório, que nem de longe passe pela possibilidade de censura, mas que estabeleça limites e parâmetros para o nosso trabalho, através de relações democráticas com os leitores e com a sociedade para a qual trabalhamos. Nesse sentido, nós precisamos nos descolar da visão dos nossos empregadores, para os quais a melhor lei é nenhuma lei, a melhor regulação é nenhuma regulação. A liberdade de expressão só poderá ser exercida na sua plenitude, inclusive, quando houver um muro intransponível entre os interesses econômicos e políticos dos empresários de comunicação e a redação, como diz o professor da Universidade de Paris, professor Claude-Jean Bertrand, que dá volta ao mundo pregando novos métodos de avaliação e controle - internos e externos - do trabalho da imprensa.

Estudo realizado pela OIT, mostra que não há país no mundo, exceção feita apenas aos Estados Unidos, onde o ingresso na profissão não respeite um rito, um acordo com os sindicatos, uma cláusula numa convenção coletiva, um aprendizado acompanhado dentro das empresas, a existência de um Conselho - como é o caso da Itália, enfim, regras, normas, acompanhamentos, avaliações. Aqui no Brasil, onde as empresas demitem muitos dos seus melhores quadros, incluindo sindicalistas, onde os Sindicatos não têm permissão para se organizar dentro das empresas, onde os Sindicatos sequer têm o direito de entrar nas empresas, falar em extinguir a nossa regulamentação profissional significa atacar fortemente a liberdade de informação.

A exigência da passagem pelo curso de graduação de jornalismo não é uma exigência corporativa, nem uma reserva de mercado, nem uma posição estreita dos jornalistas e de suas entidades profissionais, mas é a garantia da sociedade de ter acesso à informação. Nesse sentido, a recente decisão da justiça foi uma grande vitória, sim.

Beth Costa
é presidente da Fenaj (Federançao Nacional dos Jornalistas), filiada à CUT

Clique aqui para conhecer a Agência CUT de Notícias
Clique aqui para visitar a página da Central Única dos Trabalhadores

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Antonio Carlos Spis

Email

spis@cut.org.br

Expediente

Editor: Sergio dos Santos

Webdesigner: Láldert Castello Branco

Equipe da Secretaria de Comunicação

Cid Marcondes - Marco Godoy - Láldert Castello Branco - Rita de Biagio - Sergio
dos Santos

Segundo o Decreto S. 1618, Seção 301, Parágrafo a,2,c, Título III, aprovado no 105º
Congresso Base das Normativas Internacionais sobre SPAM : Um e-mail não poderá ser considerado
SPAM quando inclua uma forma de ser removida